



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia vinte e três de dezembro de dois mil e onze, às onze horas e vinte minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Plenário autorizou o adiamento da leitura de Atas. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições de autoria do Poder Executivo que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.201/2011, que “Prorroga o prazo para finalização do processo de revisão das diretrizes propostas no Plano Diretor, Lei Municipal 2007/2007 e dá outras providências”. O vereador José Raimundo Martins disse que é absurdo concederem novo prazo, salientou que está na hora de a Casa falar em nome do povo, resgatar sua moralidade e cumprir prazos. O vereador Marcelino Antônio Edwirges afirmou que já é hora de terem postura de legisladores e informou que é contra a prorrogação do prazo. O vereador Sandro Lima contou que avaliou e tomou a decisão hoje. Falou do Carlinhos, amigo leal que possui um coração que não cabe no peito, prefeito que fez, faz e fará muito pela cidade. Renunciou à liderança do governo por não admitir que projetos de última hora venham para a Casa sem passar pelo líder. Ressaltou que a liderança do governo deve saber dos projetos antes de entrarem na Câmara a fim de ter subsídios para explicá-los aos vereadores. Registrou: “O prefeito tem que tomar atitude, passou da hora de fazer uma reforma administrativa no governo com meia dúzia de Secretários



que querem afundar o município. É uma falta de respeito comigo, fui líder de governo, o prefeito me convidou, recebi com o maior carinho e apreço a liderança, mas hoje estou renunciando à liderança, deixando claro que não é nada pessoal ao prefeito, muito pelo contrário, tenho grande apreço por ele, é um grande homem e administrador, mas por causa de meia dúzia de Secretários que não respeitam a Casa, não me respeitam como legislador, vereador e mandatário que teve voto para estar aqui, não estou aqui por convite, obrigação ou imposição, estou aqui porque sou mandatário, ganhei a eleição, é legítimo e não aceito mais. Renuncio à minha condição de líder de governo, vou encaminhar formalmente ofício comunicando à Mesa Diretora”. O vereador Renato Faria Silva relatou que, como vereador do Partido dos Trabalhadores, o mesmo partido do prefeito, tem sentimento igual ao do vereador Sandro, pois não é comunicado de nada, não conversa sobre projetos, é parceiro e companheiro apenas na hora de votar sem ter a vice e versa. Disse que a partir de hoje, trabalhará com mais independência no Legislativo, indiferente de ser do partido do prefeito. Afirmou que é solidário ao vereador Sandro e faz suas as palavras dele. O vereador Sandro informou que votará contra o projeto porque pelo Estatuto da Cidade o prazo venceu dia trinta e um de dezembro de 2010 e já prorrogaram um ano. Salientou que se os secretários não foram competentes para no prazo de um ano terminar a revisão do Plano Diretor, não aceita e vota contra. Falou para se virarem, que o Secretário passe o natal trabalhando e envie o projeto para a Câmara até dia trinta e um de dezembro. O vereador José Guedes parabenizou o vereador Sandro e disse que chegou a hora de os dez vereadores tomarem providências sobre coisas que acontecem em Nova Lima e na Câmara. Falou que enviar projetos com antecedência para a Câmara é obrigação do prefeito e não favor. Afirmou



que há secretário afundando o Executivo, ganha-se bem e trabalha-se pouco no município. Registrou que na Câmara não há vereador medroso e não votarão com pressão. Desejou um feliz natal e bom ano novo aos vereadores, funcionários, público presente e povo de Nova Lima. O vereador Marcelino Antônio Edwirges parabenizou a postura do ex-líder do governo, foi solidário ao vereador Tatico e afirmou que faz suas as palavras dele. Disse que há anos está gravado nos anais da Casa seu descontentamento com a postura do Executivo em relação ao Legislativo. Falou que aplaude de pé a postura do Legislativo nos últimos meses, puxando sua independência para si, o que sempre rogou da Casa; parabenizou todos os vereadores e ressaltou que o povo de Nova Lima ganhou muito. O vereador Luciano Vitor Gomes disse que recebe com tristeza a notícia do vereador Sandro, pois sabe da fidelidade dele com o Carlinhos e o governo. Afirmou que a crise de relação entre Legislativo e Executivo é por causa dos atropelos, da prática de enviar projetos em cima da hora, reunir com categoria e mandar encher o plenário, sem diálogo. Informou que nada o intimida, podem colocar duas mil pessoas na Câmara a favor de um projeto que vota contra, conforme sua opinião e convicção. Salientou que tudo isto desgasta a relação com o governo. Lembrou que é vereador da base, mas vota a favor daquilo que sua consciência permite e concorda, quando tem dúvida, pede vista e não vota quando acredita que não deve votar, entretanto sempre busca o entendimento. Lamentou o que aconteceu com o vereador Sandro, falou que a saída dele precisa ser observada pelo prefeito, pois aumenta a crise de relação. Relatou que hoje receberam quatro Secretários que explicaram e defenderam seus projetos. Disse que aproveita que está sendo filmado pela Guarda Municipal e convida o Flávio para vir à Casa conversar sobre o projeto da



criação de vagas na Guarda, pois querem saber se aumentará o número, onde será alocado e demais questões técnicas. Registrou que não há vereador querendo prejudicar ninguém, muito menos quando se trata de segurança para o município. Neste momento, alguns Guardas Municipais presentes se manifestaram. O Senhor Presidente comunicou que segundo o Regimento Interno da Casa é proibida a manifestação do público. Solicitou com carinho e respeito que não se manifestem senão é obrigado a suspender a reunião. Em seguida, informou que os trabalhos estavam suspensos enquanto não houver respeito com a Casa. Logo após, o Senhor Presidente reabriu a reunião e falou que infelizmente houve aquele transtorno. Contou que disse ao Sargento que os Guardas podem ficar desde que atendam o Regimento Interno, pois não tem interesse em chamar a polícia para ninguém, no entanto como Presidente deve ter poder e moral para conduzir a reunião. Registrou: “Estamos trabalhando, já era para estarmos de recesso, vem algum secretário e soca gente aqui para prejudicar direto este Presidente porque o foco sou eu. Não admito baderna dentro desta Casa, seja de quem for. Quer falar de mim, a hora que eu sair, estou ali fora. Vou entrar com o projeto da Guarda, acho que algum vereador vai pedir para fazer a votação, vou passar a Presidência e votar contra porque isto é eleitoreiro, se quiser faça o ano que vem”. O vereador Luciano Vitor Gomes lamentou o ocorrido, considera que chegou alguma informação errada aos Guardas, pois não é contra a Guarda Municipal, apenas falou que deseja conversar com o secretário sobre o projeto que entrou na Casa. Relatou que tem amizade pessoal com o secretário, foram vereadores juntos, quando era Presidente da Câmara, ele era líder de governo e tiveram uma relação muito boa. Esclareceu que disse sobre os projetos vindos do governo e a falta de diálogo, que nada o intimida e, se tiver que votar contra, votará



contra. Recordou que os vereadores nunca votaram contra o servidor público e registrou que não tem nada contra a Guarda Municipal, muito pelo contrário, sempre busca valorizá-la, assim, as palavras ditas não servem para ele. Afirmou que quer conversar com o secretário, pois é a primeira vez que escuta que os Guardas precisam fazer hora extra. Lembrou que ouviram os fiscais, os assistentes administrativos e querem ouvir a Guarda. Quanto ao Plano Diretor, ressaltou que o tempo já foi dado e pedirá à Assessoria Parlamentar que consulte o Estatuto da Cidade porque acha que vencido o prazo do Executivo fazer as alterações, automaticamente a Câmara pode começar as discussões. Propôs que a Câmara comece a fazer em janeiro a revisão do Plano Diretor, pois está em lei e precisam trabalhar. O vereador Cássio Magnani Júnior destacou que devem entender o incidente como normal no processo democrático, pois devem conviver com os anseios da sociedade e muito mais com os dos servidores. Sobre o Plano Diretor, disse que concorda com os vereadores quanto ao pedido incabível do Poder Executivo, pois considera lamentável demonstração de incompetência não ter feito a revisão no prazo legal. Ponderou que a revisão do Plano Diretor é importantíssima para a cidade, por isto acha que devem pelo menos ouvir as razões do Poder Executivo. Sugeriu que não façam a dispensa de interstícios e o projeto tenha o curso normal. O Senhor Presidente lembrou que o projeto é de urgência e devem decidir até o dia trinta e um de dezembro. O vereador José Raimundo Martins registrou que a intenção do Executivo é inconcebível e nítida, não quer analisar o Plano Diretor porque o mandato dele acaba daqui a um ano, é fugir da responsabilidade. Ressaltou que o prefeito solicita a prorrogação do prazo para mais um ano a fim de os vereadores não participarem, o que é covardia. O vereador Marcelino Antônio Edwirges afirmou que



respeita o vereador Cássio, mas ousa ser contra a sua proposta. Disse que como a Casa tomou coragem, devem continuar porque se esfriarem Nova Lima perde; registrou que devem votar hoje e contra. Ressaltou que o prefeito está cercado de um monte de bobagem, já falou para ele limpar, não limpou e o que ocorreu hoje no plenário prova que perdeu as rédeas do controle do município. Salientou que se ele quisesse conversa, não encaminharia este projeto de última hora e vinha conversar. O vereador Luciano Vitor Gomes declarou que são da base aliada do governo e sugeriu que em março quando houver a desincompatibilização dos Secretários, que o prefeito contemple e prestigie os partidos da base aliada, faça uma reforma administrativa e trate os aliados como aliados. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques parabenizou o vereador Sandro pela coragem e renúncia à liderança, disse que acredita que servirá de lição e alerta que ajudarão o prefeito a cair na real. Quanto ao Plano Diretor, informou que sua sugestão coincide com a do vereador Cássio, que não votem em regime de urgência e tramite normalmente. O vereador Cássio ressaltou a complexidade da revisão do Plano Diretor, informou que o Executivo já vem procedendo a revisão e se implementarem novamente este processo, demorarão mais de um ano para fazer o projeto. Salientou que é prudente terem cautela, pois a sociedade pode perder. O vereador Renato Faria Silva discordou do vereador Cássio. Relatou que ao discutir no Executivo, sempre respondiam que o assunto já estava contemplado no Plano Diretor, citou como exemplo a concessão de anistia para pessoas humildes proprietárias de imóveis irregulares. Informou que semana passada, o Secretário de Planejamento mostrou o Plano Diretor pronto e lhe disse: “lembra aquela proposta sua de regularização de imóvel? Está aqui contemplada, inclusive, fiz mais avançada porque você falava num prazo de dez anos e é melhor



colocar na data da publicação da lei, a gente passa a régua em tudo para trás e parte daqui para frente. Falta a redação final e até o final do mês mando para Câmara”. Ressaltou que a solicitação do prazo de um ano tem o objetivo de derrotar o Legislativo para que as propostas dos vereadores não cheguem à população. Destacou que, infelizmente, há uma guerra instalada dos secretários candidatos contra os vereadores com o propósito de desgastar a Câmara, a exemplo do que ocorreu hoje. Salientou, com todo respeito à Guarda Municipal, que os rapazes da Guarda se comportaram de maneira infeliz pressionando os vereadores sem saber a posição deles. Afirmou que Kico é seu amigo, mas agiu com infelicidade, ainda bem que se desculpou e aceita as desculpas por ser amigo dele. Registrou que deve fazer valer seu mandato que termina em trinta e um de dezembro de dois mil e doze, se não é respeitado, deve se fazer respeitar; considera que não devem conceder prazo, se está pronto que mandem para a Casa até dia trinta e um. Declarou que é uma vergonha o que estão fazendo nas Seis Pistas, não entregam imóveis porque tudo está irregular e a desordem se instalou no município. Frisou que devem ter responsabilidade com os filhos e netos deles, espera que eles vivam na cidade que adora, por isto não pode concordar com a bagunça estabelecida: passeatas na estrada, pobre sem casa para morar, aluguel nas alturas. Comunicou que vai usar seu mandato em favor das pessoas, pois não abre mão do interesse público que impera e fala mais alto em sua vida. O vereador José Raimundo Martins relatou que o Secretário de Planejamento e o Senhor Guto disseram ao vereador Sandro quando ainda era líder que o Plano Diretor já está pronto e talvez não o enviem. O vereador Renato salientou que quando entregam o poder para os outros não representam bem a população, assim, não deixará ninguém legislar por ele. Registrou:



“Não tenho medo de ninguém, falo publicamente, não tenho rabo preso, não faço negocinho, levo minha vida na integridade, não tenho medo de Ministério Público, juiz, prefeito e secretário”. O vereador Sandro parabenizou o vereador Tatico pela postura e palavras. Afirmou que pode contar com ele para engrossar fileira porque a Casa tem independência, devem ser respeitados porque foram eleitos pelo povo para fazer o melhor. Destacou que não podem deixar a cidade afundar por causa de meia dúzia que tem apenas interesse particular e olham somente para o próprio umbigo. Registrou que exclui o Senhor Prefeito Carlos Roberto Rodrigues que é um homem íntegro e sério, mas está rodeado de meia dúzia que deseja derrubá-lo e a cidade. Declarou seu apreço pelo vereador Cássio, mas discorda quanto ao Plano Diretor. Disse que conseguirão fazer a revisão porque são muito mais competentes do que meia dúzia de secretários e devem tomar atitude na Casa, assim, tem certeza que juntos irão revisar o Plano Diretor e fazer o melhor para o município. Informou que a Câmara tem condições para contratar assessoria técnica para ajudá-los. Comunicou que vota contra o projeto e o Executivo deve enviar o Plano Diretor até a próxima semana. Parabenizou o vereador Luciano pela colocação sobre a reforma administrativa e desincompatibilização. O vereador Cássio repetiu para frisar que em momento nenhum foi a favor da ampliação do prazo, pois também acha que este novo pedido é uma demonstração de desrespeito à sociedade e incompetência do Executivo. Informou que apenas solicitou cautela para não votar hoje e deixar a proposição seguir os trâmites normais. Afirmou que concorda plenamente com as palavras do vereador Tatico, pois em toda a sua trajetória sempre observou o interesse público. Esclareceu ao vereador Sandro que, mesmo com toda competência deles, a revisão não envolve somente técnicos, há a participação popular com as



audiências públicas, assim, o processo é demorado, por isso solicita cautela para não prejudicarem a sociedade. O vereador Ailton Soares Amaral informou que o Executivo devia fazer a atualização cadastral e o geo-processamento antes de realizar a revisão do Plano Diretor e ambos não foram feitos. Disse que enviarão um Plano Diretor com mil defeitos, apesar disto a Câmara deve analisá-lo, criar comissões e contratar técnicos. Relatou que acompanhou e cobrou deles, frisando que o prazo termina no final do ano. Afirmou que concorda com a fala do vereador Cássio de que não podem prejudicar a população, mas nada impede que o Executivo envie para darem sequencia ao que fizeram. O vereador Marcelino esclareceu que votando contra hoje não quer dizer que estão tirando o Executivo do processo, simplesmente farão, com isto, as coisas acontecerem porque há secretário cujo trabalho é igual cabeça de bacalhau, ninguém nunca viu. Registrou que é uma vergonha e afronta ao Legislativo, o prefeito pedir mais um ano nesta altura do campeonato, quer dizer, ele sai no próximo ano e a bomba fica para outros. O vereador Ailton completou dizendo que com isso, mostrarão que estão no processo. Relatou que sua preocupação é o de fato de ficarem como mentirosos. Salientou que a anistia é algo muito sério, a população necessita regularizar muita coisa que o Plano Diretor não permite. Registrou que é viável votar hoje, pelo menos irão alertá-los para enviar até o dia trinta e um de dezembro. O vereador José Guedes afirmou que está satisfeito porque hoje os dez vereadores estão tomando posições, o que deveria ter acontecido há tempos. Disse que o prefeito tem culpa porque é o comandante e deve cobrar dos subordinados. Informou que vota contra porque é incabível conceder mais prazo. O vereador Renato contou que sabe das construções ilegais nas Seis Pistas, assim, devem aprovar a regularização para imóveis com dez anos de construção e não a



partir da publicação da lei, pois devem ajudar o coitado da Vila Operária, Vila Esportiva e aquele que fez um puxadinho no fundo da casa do pai. Afirmou que não é bobo, quer abrir a caixa preta, ficará atento e não permitirá que regulamentem negócios nas Seis Pistas. Conforme solicitação do vereador Marcelino, o Senhor Presidente consultou o Plenário que, com exceção do vereador Cássio Magnani Júnior, dispensou pareceres e interstícios para votarem na presente data; 2) Projeto de Lei nº 1.202/2011, que “Cria os cargos públicos efetivos indicados, promove suas inserções no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Lima junto à Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos, SEMST, e dá outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente deliberou que o projeto segue os trâmites normais. O Senhor Presidente lembrou por causa do desacerto ocorrido que o projeto está na Casa e é hora de conversar com os vereadores de forma tranquila, disciplinada, organizada e respeitosa. Encaminhou a proposição à Comissão de Legislação e Justiça; 3) Projeto de Lei nº 1.203/2011, que “Cria os cargos públicos efetivos indicados, promove suas inserções no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Lima junto à Secretaria Municipal de Educação, SEMED, e dá outras providências”. O vereador Luciano Vitor Gomes falou que o último parágrafo da mensagem está errado porque solicita a dispensa de interstícios e pareceres e a convocação de sessões que forem necessárias para a apreciação do projeto. O vereador José Raimundo Martins disse que o prefeito está mal assessorado. Relatou que se reuniram com a Ângela Lima e, caso os colegas concordem, se julga à vontade para votar hoje, assim, demonstram transparência, boa vontade, compromisso com o povo, preocupação com o município e que não estão radicalizados contra o governo. Solicitou ao Senhor Presidente que peça para o prefeito parar de



requerer dispensa de interstício, pois o Executivo apenas pode solicitar regime de urgência, visto que a análise do processo cabe aos vereadores. Lembrou que os poderes são harmônicos, porém distintos. O vereador Luciano Vitor Gomes contou que a Ângela Lima se reuniu com eles, informou que os cargos são necessários e estão sendo criados porque a prefeitura está assumindo a sexta série. Solicitou aos colegas que avaliem a possibilidade de votarem hoje. O vereador Marcelino Antônio Edwirges lembrou que fizeram um acordo na antessala de que este projeto e o da Guarda correriam nos trâmites normais porque não estão em recesso. Afirmou que sabem que o projeto é benéfico para Nova Lima, mas querem entender porque a criação dos cargos não vai acontecer por meio de concurso e sim por seleção simplificada. O vereador Renato Faria Silva falou que se tem uma coisa na política que se cumpre é acordo. Recordou que na antessala fizeram um acordo para os projetos tramitarem normalmente. Afirmou que respeita as opiniões, mas deveriam interromper a reunião, refazer o acordo e não colocá-los em constrangimento no Plenário. O vereador Luciano falou que não se lembra do acordo, pois não ouviu o entendimento quanto à educação. Declarou que está com o acordo e vota conforme o combinado. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques informou que defende este tipo de iniciativa, pois acredita que o futuro do país depende da educação e tudo que se faz em prol da educação está de acordo com o seu pensamento. Relatou que disse para a Ângela que olharia o projeto com carinho e faria o possível, mas acordo é feito para ser cumprido. O vereador Renato Faria Silva lembrou que o projeto propõe um processo seletivo simplificado e devem observar que há trezentas professoras concursadas na fila. Afirmou, como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, que devem chamar na ordem do concurso. O vereador Luciano



retirou oficialmente sua proposta. O vereador José Guedes sugeriu seja indagado à Ângela, considerando que há trezentos concursados na fila, quantos estão aptos. O vereador Cássio Magnani Júnior lembrou que a maioria dos cargos é de professor de educação física, por isto não podem chamar os do concurso. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 4) Projeto de Lei nº 1.204/2011, que “Cria o Conselho Municipal de Educação de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura dos Pareceres Conjuntos das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente aos: 1) Projeto de Lei nº 1.190/2011, que “Adota o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, como Índice Oficial para fins de atualização dos Tributos instituídos e arrecadados pelo Município de Nova Lima”. O vereador Marcelino Antônio Edwirges informou que, infelizmente, o governo federal fixou o aumento dos aposentados em seis por cento, o que é uma vergonha para o Brasil. Disse que não permitirem nenhum aumento além deste índice favorece os aposentados do município. Parabenizou as comissões e os vereadores pela postura. O Plenário, conforme solicitação do vereador Luciano Vitor Gomes, aprovou a dispensa de interstícios para votação do projeto. O Senhor Presidente informou que há a seguinte emenda aditiva no parecer: Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário determinando mais que o índice especificado no artigo 1º terá validade somente para o exercício 2012 limitado ao máximo de seis por cento”. Em votação, a mesma foi aprovada por 09 votos; 2) Projeto de Lei nº 1.191/2011, que “Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de



Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2012”. O Plenário, conforme solicitação do vereador Sandro Lima, aprovou a dispensa de interstícios para votação do projeto; 3) Projeto de Lei nº 1.192/2011, que “Altera a Lei Municipal 1.914 de 28 de dezembro de 2005 – Taxas, modificando e corrigindo itens e valores em sua respectiva tabela”. O Plenário, conforme solicitação do vereador Marcelino Antônio Edwirges, aprovou a dispensa de interstícios para votação do projeto; 4) Projeto de Lei nº 1.193/2011, que “Modifica a redação do Artigo 20 da Lei Municipal 2.029 de 20 de dezembro de 2007, estabelecendo critérios para a concessão do benefício do IPTU Social e dá outras providências”. O Plenário, conforme solicitação do vereador Marcelino Antônio Edwirges, aprovou a dispensa de interstícios para votação do projeto; 5) Projeto de Lei nº 1.194/2011, que “Altera dispositivos da Lei Municipal 1.172 de fevereiro de 2007 – ISSQN e dá outras providências”. O Plenário, conforme solicitação do vereador Luciano Vitor Gomes, aprovou a dispensa de interstícios para votação do projeto. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação dos projetos. O Senhor Presidente solicitou a leitura dos Pareceres da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.195/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 2.164 de 12/07/2010 e dá outras providências” e ao Projeto de Lei nº 1.196/2011, que “Cria com base no inciso IV do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.533/97 as funções públicas especificadas, subordinadas à Secretaria Municipal de Ação Social e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação dos projetos que foram encaminhados à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:



1) Projeto de Lei nº 1.178/2011, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Clemer Gouvêa. Em única votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção. O vereador José Guedes agradeceu os vereadores; 2) Projeto de Lei nº 1.194/2011, que “Altera dispositivos da Lei Municipal 1.172 de fevereiro de 2007 – ISSQN e dá outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.193/2011, que “Modifica a redação do Artigo 20 da Lei Municipal 2.029 de 20 de dezembro de 2007, estabelecendo critérios para a concessão do benefício do IPTU Social e dá outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei nº 1.192/2011, que “Altera a Lei Municipal 1.914 de 28 de dezembro de 2005 – Taxas, modificando e corrigindo itens e valores em sua respectiva tabela”. Em discussão, os vereadores José Raimundo Martins e Ailton Soares Amaral sugeriram a emenda aditiva modificativa: ‘Art. 2º. Parágrafo Único: A taxa prevista nos itens 10º, 11º e 12º do Anexo I, letra C: “Taxa para Execução de Obras Particulares: código 11.21.29.00” não se aplica às áreas institucionais e verdes’. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques solicitou ao Senhor Presidente ouça o Plenário para dispensar o Parecer da Comissão de Redação. Em votação, a emenda foi aprovada por 09 votos. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de Lei nº 1.190/2011, que “Adota o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, como Índice Oficial para fins de atualização dos Tributos instituídos e arrecadados pelo Município de Nova Lima”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos, inclusa a emenda aprovada, e encaminhado à sanção. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques solicitou que o Plenário dispense o Parecer da



Comissão de Redação. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 6) Projeto de Lei nº 1.191/2011, que “Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2012”. Em primeira e segunda votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção; 7) Projeto de Lei nº 1.201/2011, que “Prorroga o prazo para finalização do processo de revisão das diretrizes propostas no Plano Diretor, Lei Municipal 2007/2007 e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Ronaldo Gonçalves Marques disse que votou favorável à tramitação, embora tenha sugerido que o projeto tramitasse normalmente. Quanto ao mérito, afirmou que acha absurdo, descabido e é radicalmente contra a prorrogação do prazo. O vereador Cássio Magnani Júnior esclareceu que não queria que os interstícios fossem dispensados e tivessem cautela. Justificou, já que o projeto veio à votação, que vota contra porque discorda da prorrogação. Os vereadores Luciano Vitor Gomes e José Raimundo Martins registraram o voto contrário por não concordarem com a prorrogação do prazo. O vereador Renato Faria Silva afirmou que não vota contra a prorrogação, mas a favor da Câmara e da legalidade. O vereador José Guedes parabenizou os demais vereadores pela postura. O Senhor Presidente passou a Presidência ao vice, concordou com as ponderações dos vereadores, sugeriu permitissem que o Executivo envie o Plano Diretor à Casa até o dia primeiro de fevereiro de dois mil e doze e reassumiu a Presidência. Em votação, o projeto foi rejeitado por 09 votos. O Plenário adiou a apreciação de requerimentos. O vereador Marcelino Antônio Edwirges relatou que ocorreu uma polêmica na Casa quanto às Contas de 2006 do Prefeito e descobriram nas investigações



realizadas que o prefeito fez uma suplementação sem passar pela Câmara, porém o Tribunal aceitou porque houve superávit. Informou que a empresa Libertas contratada pela Casa é paga para assessorá-los e esta mesma empresa fez a defesa da prefeitura no Tribunal de Contas, assim, o Sr. Miguel, dono da empresa foi, no mínimo, antiético. Solicitou que a Casa convoque o Sr. Miguel e, sendo verídicas as informações, que explique aos vereadores porque existe um contrato com a Casa. Propôs ainda que o contrato seja suspenso porque a Libertas devia orientá-los e não ir defender a prefeitura no Tribunal de Contas. O vereador José Raimundo Martins disse que o vereador Marcelino o assustou. Falou que a Libertas não cumpriu seu papel nem foi transparente com a Câmara, visto que não informou a irregularidade. Ressaltou que se a Casa renovar o contrato com a Libertas ficará desmoralizada. Em votação, o requerimento do vereador Marcelino foi aprovado por 09 votos. O Senhor Presidente esclareceu que quando assumiu a Presidência, a Libertas já estava na Casa; informou que o contrato vence dia trinta e um de dezembro deste ano e ainda não foi renovado. Afirmou que se reunirá com a Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis. Na sequência, registrou que abriu a reunião às onze horas e vinte minutos e encerrou às quatorze horas e vinte minutos, cumprindo o Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos, e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____